

CENTRO de PORTUGAL

Boletim trimestral **19**

*Informação reportada ao
segundo trimestre de 2013*



ÍNDICE

- 4** Enquadramento Nacional
- 6** Mercado de Trabalho
- 11** Desemprego Registado
- 12** Empresas
- 14** Comércio Internacional de Bens
- 15** Turismo
- 16** Construção e Habitação
- 18** Preços e Consumo Privado
- 20** Políticas Públicas no Centro

19

Boletim trimestral

*Informação reportada ao
segundo trimestre de 2013*

FICHA TÉCNICA

Editor

Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do Centro

Responsável Técnico

Direção de Serviços de
Desenvolvimento Regional

Data de Edição

Setembro de 2013

ISSN

2182-6579

boletimtrimestral@ccdrcc.pt

www.ccdrc.pt

Alguns da informação conjuntural encontra-se
também em <http://datacentro.ccdrc.pt>



DATACENTRO
INFORMAÇÃO PARA A REGIÃO



No segundo trimestre de 2013, o Produto Interno Bruto nacional registou a menor quebra desde o final de 2011, tendo diminuído 2,1%, em termos homólogos. Este decréscimo menos acentuado do PIB resultou de uma menor retração da procura interna e de uma aceleração da procura externa. Simultaneamente, a taxa de desemprego nacional fixou-se num valor inferior ao do trimestre anterior (16,4%). Como consequência, as expectativas dos consumidores e a confiança dos empresários foram também menos negativas.

Na Região Centro, verificou-se uma recuperação do mercado de trabalho, tendo-se registado uma diminuição da taxa de desemprego e um aumento das taxas de emprego e de atividade, quando comparadas com o trimestre anterior. A taxa de desemprego regional manteve-se como a mais reduzida entre as várias regiões do país, fixando-se em 11,5%. Estimam-se assim 144,6 mil indivíduos desempregados neste trimestre, na região.

No setor empresarial, mantêm-se as dificuldades financeiras, observando-se uma diminuição homóloga dos empréstimos obtidos pelas sociedades não financeiras e um acréscimo da importância do crédito vencido contratado. Também as ações de insolvência aumentaram, apesar do número de empresas constituídas ter crescido face ao trimestre homólogo. O ramo da construção continuou em recessão, tendo diminuído o licenciamento de edifícios e a conclusão de obras. Já relativamente às relações comerciais dos operadores da região com o mercado externo, observou-se um crescimento homólogo das transações de bens.

No âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), estavam aprovados quase 16 mil projetos de investimento na Região Centro, no final de junho. Estas aprovações traduziram-se num investimento total previsto de 9,8 mil milhões de euros e num cofinanciamento de 5,7 mil milhões de euros de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão. A região continuava a ser a segunda maior beneficiária de fundos comunitários do país.

Relativamente ao Programa Operacional Regional – Mais Centro, até ao final de junho, tinham sido já aprovadas 3.889 operações. Estes projetos envolviam uma comparticipação de FEDER de 1,7 mil milhões de euros, ou seja, praticamente a totalidade da dotação de fundo comunitário deste programa operacional. Cerca de 63,5% deste montante encontrava-se já executado. No final de junho, o Mais Centro mantinha-se como o programa operacional regional do Continente que registava as mais elevadas taxas de execução, de realização e de pagamento.

ENQUADRAMENTO NACIONAL

O Produto Interno Bruto diminuiu 2,1%, em termos homólogos, no segundo trimestre de 2013, representando a menor quebra desde o final de 2011. Esta diminuição menos intensa do PIB resultou de uma menor contração da procura interna e de uma aceleração da procura externa. Também a taxa de desemprego nacional registou um valor inferior ao do trimestre anterior, fixando-se em 16,4%. Como consequência, as expectativas dos consumidores e a confiança dos empresários foram menos negativas do que no trimestre anterior.

-2,1%
foi o decréscimo
homólogo do PIB e

7,3%
o aumento das
exportações

Quadro 1 – Enquadramento Nacional		2T13	1T13	4T12	3T12	2T12	2012	2011
PIB ¹	v. h. (%)	-2,1	-4,1	-3,8	-3,6	-3,2	-3,2	-1,3
Procura interna	v. h. (%)	-2,6	-6,0	-4,4	-7,0	-8,3	-6,6	-5,1
Consumo das famílias	v. h. (%)	-2,5	-4,0	-5,2	-5,8	-5,6	-5,4	-3,4
Taxa de investimento	%	15,6	15,3	16,7	16,2	15,6	16,5	18,3
Exportações	v. h. (%)	7,3	0,7	0,2	1,5	3,2	3,2	6,9
Importações	v. h. (%)	6,3	-4,2	-1,6	-8,0	-11,0	-6,6	-5,3
VAB	v. h. (%)	-1,2	-3,2	-2,5	-2,6	-2,4	-2,3	-0,6
Taxa de desemprego	%	16,4	17,7	16,9	15,8	15	15,7	12,7
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v. h. (%)	0,6	0,2	2,0	2,9	2,8	2,8	3,7
Indicador de confiança dos consumidores	%	-53,9	-55,4	-59,8	-51,4	-51,6	-54,3	-51,7
Indicador de clima económico	%	-3,2	-4,1	-4,2	-3,7	-4,0	-4,0	-2,2
Taxa de câmbio USD/EUR	USD	1,307	1,320	1,297	1,251	1,283	1,286	1,392
	v. h. (%)	1,9	0,7	-3,8	-11,4	-10,9	-7,6	4,9

USD - Dólar dos Estados Unidos
EUR - Euro

No segundo trimestre de 2013, o Produto Interno Bruto (PIB) nacional registou uma diminuição homóloga² de 2,1% (Quadro 1), traduzindo-se na menor quebra desde o terceiro trimestre de 2011. Esta redução menos acentuada do PIB deveu-se essencialmente à menor retração da procura interna.

A procura interna diminuiu 2,6% no segundo trimestre de 2013, atenuando os decréscimos observados nos trimestres anteriores. Esta contração ficou a dever-se em grande parte à forte diminuição da variação homóloga negativa do investimento registada no trimestre anterior (que foi de -15,9% e passou para -2,3) e que se refletiu num aumento da taxa de investimento. Também as despesas de consumo final diminuíram, contribuindo assim para esta redução da procura interna.

O consumo das famílias voltou a cair (-2,5%). No entanto, ao contrário do que aconteceu desde o terceiro trimestre de 2011 até ao final de 2012, as despesas das famílias em bens alimentares cresceram ligeiramente.

¹ Dados adaptados, em cada boletim, à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais. Dados em volume.

² Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste; Variação homóloga percentual real – v.h.real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2008), ou outro indicador mais apropriado.

Relativamente à procura externa, as exportações de bens e serviços registaram uma aceleração no segundo trimestre de 2013, o que foi determinado por um crescimento idêntico quer dos bens como dos serviços. As importações de bens e serviços inverteram a tendência dos trimestres anteriores e registaram um crescimento de 6,3%, resultado de um maior crescimento das importações de bens do que de serviços.

Do lado da oferta, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) gerado diminuiu 1,2%, em termos homólogos. O ramo de atividade que continuou a verificar o maior decréscimo homólogo do VAB foi o da “construção”, apesar de ser o menos acentuado dos últimos quatro trimestres (-13,3%).

O mercado de trabalho nacional evidenciou uma ligeira melhoria no segundo trimestre de 2013, tendo-se observado uma taxa de desemprego de 16,4%, ou seja, menos 1,3 pontos percentuais (p.p.) do que no trimestre anterior. Apesar disto, continuou acima da taxa registada no período homólogo. Esta taxa corresponde a 886 mil pessoas desempregadas, resultado de um decréscimo trimestral de 66,2 mil indivíduos mas que representa um aumento homólogo de 59,1 mil.

O nível geral dos preços, avaliado pela taxa de variação do Índice de Preços no Consumidor (IPC), registou um acréscimo homólogo de 0,6%, aumentando 0,4 p.p. face ao trimestre anterior mas diminuindo 2,2 p.p. face ao homólogo. Neste trimestre, as classes que evidenciaram uma diminuição dos preços foram “vestuário e calçado”, “transportes”, “acessórios para o lar, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação” e “bens e serviços diversos”. As restantes oito classes de bens do IPC registaram aumentos do nível dos preços, destacando-se, à semelhança dos trimestres anteriores, o maior crescimento das “bebidas alcoólicas e tabaco”.

Tal como na maioria dos restantes indicadores analisados, também as expectativas dos consumidores melhoraram face ao trimestre anterior mas foram mais negativas do que no trimestre homólogo, a avaliar pelo indicador de confiança dos consumidores³ do INE. A confiança dos empresários relativamente à atividade económica melhorou, tornando-se a menos negativa desde o segundo trimestre de 2011, segundo o indicador de clima económico⁴.

Por último, relativamente à evolução da taxa de câmbio⁵ do euro face ao dólar (USD/Euro), registou-se uma variação homóloga positiva, neste trimestre, assistindo-se assim a uma valorização do euro e a um consequente encarecimento das exportações nacionais nos mercados extracomunitários (dado que igual quantidade de bens exportados tem agora um preço mais elevado).

³ O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião.

⁴ O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores mas que retrata as expectativas dos empresários.

⁵ A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional. Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

MERCADO DE TRABALHO

De acordo com a informação divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística, no segundo trimestre de 2013, observaram-se alguns sinais que apontam no sentido da recuperação no mercado de trabalho, desde logo, uma diminuição trimestral da taxa de desemprego e um aumento trimestral das taxas de atividade e emprego, algo que não sucedia há vários trimestres.

O Inquérito ao Emprego do Instituto Nacional de Estatística evidenciou, no segundo trimestre de 2013, a existência de uma recuperação na taxa de atividade⁶ (15 e mais anos) face ao trimestre anterior (Quadro 2). Esta evolução contrastou com a variação apresentada relativamente ao trimestre homólogo, na qual se verificou uma acentuação do decréscimo. Na Região Centro⁷, foi na taxa de atividade feminina que se observou a maior redução homóloga (-0,5 p.p.), significando uma inversão da tendência que vinha a registar há quatro trimestres consecutivos.

Ao nível da população ativa⁸, registou-se uma diminuição homóloga na Região Centro que atingiu 1,2%, no segundo trimestre de 2013, intensificando a variação face aos trimestres anteriores. Já a população inativa⁹, apesar de evidenciar o menor número de indivíduos desde a divulgação da nova série de dados do Inquérito ao Emprego, apresentou uma redução homóloga menos pronunciada do que no período anterior. Os reformados foram os que verificaram a maior redução por comparação com o segundo trimestre do ano anterior (-2,0%), enquanto que os domésticos foram os únicos a expressar um crescimento homólogo.

11,5%

foi a taxa de
desemprego regional e

-25,1%

foi o decréscimo homólogo
dos jovens desempregados

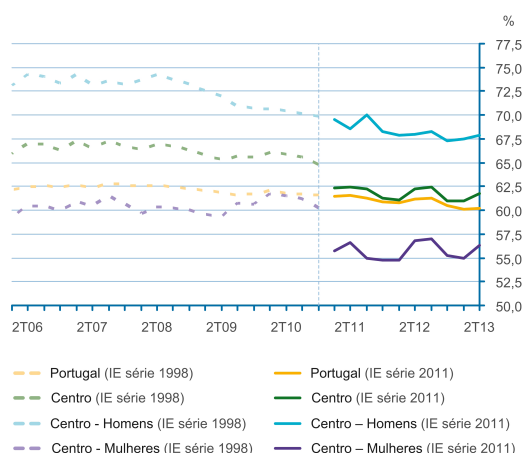
⁶ A taxa de atividade (15 e mais anos), de acordo com o INE, "permite definir a relação entre população ativa e a população em idade ativa (com 15 e mais anos de idade)".

⁷ A análise efetuada à Região Centro refere-se sempre a 100 municípios, pois é para esta NUTS II que são construídos e disponibilizados os dados do INE e da maior parte das outras fontes estatísticas utilizadas neste boletim.

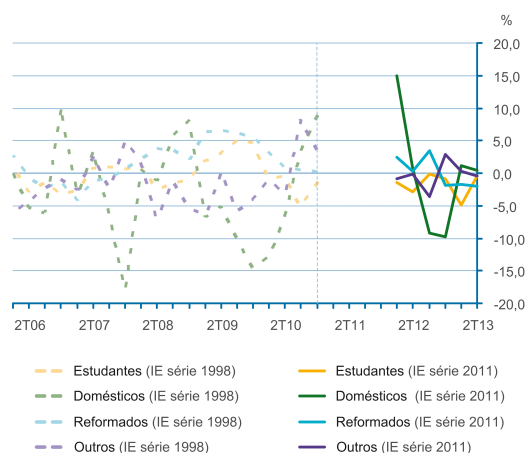
⁸ Segundo o INE, toma-se como população ativa "o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados)".

⁹ A população inativa é "o conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório".

Taxa de atividade em Portugal e no Centro



População inativa no Centro por condição perante o trabalho (variação homóloga)



Quadro 2 – Atividade*		2T13	1T13	4T12	3T12	2T12	2012	2011
							média trimestral	
Taxa de atividade (15 e mais anos)								
Portugal	%	60,2	60,1	60,5	61,3	61,2	61,0	61,3
	%	61,8	61,0	61,0	62,4	62,2	61,7	62,0
Centro	v. h. (p.p.)	-0,4	-0,1	-0,3	0,2	-0,2	-0,3	n.d.
População ativa – Centro	milhares	1.252,8	1.237,5	1.243,4	1.272,4	1.268,4	1.257,9	1.272,3
	v. h. (%)	-1,2	-0,8	-1,1	-0,2	-0,8	-1,1	n.d.
População inativa** – Centro	milhares	1.081,2	1.101,6	1.110,9	1.084,3	1.090,3	1.099,9	1.102,1
	v. h. (%)	-0,8	-1,1	-0,5	-1,3	-0,4	-0,2	n.d.
Estudantes	milhares	183,1	179,0	180,9	170,4	184,0	180,9	183,4
	v. h. (%)	-0,5	-4,8	-0,9	-0,2	-2,9	-1,4	n.d.
Domésticos	milhares	95,5	112,6	98,5	91,2	95,1	99,0	100,3
	v. h. (%)	0,4	1,2	-9,8	-9,3	0,7	-1,3	n.d.
Reformados	milhares	337,9	347,5	354,7	360,2	344,7	353,3	349,6
	v. h. (%)	-2,0	-1,7	-1,9	3,4	0,3	1,1	n.d.
Outros	milhares	464,7	462,5	476,8	462,5	466,5	466,7	468,9
	v. h. (%)	-0,4	0,3	2,8	-3,5	-0,2	-0,5	n.d.

n.d. - não disponível

* No primeiro trimestre de 2011 o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados relativos ao Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. Face à introdução das modificações mencionadas, os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2011, não permitem uma comparação direta com os dados anteriores, configurando, assim, uma quebra total de série.

** A partir do primeiro trimestre de 2011 a rubrica "Estudantes" passou a integrar apenas os estudantes com 15 e mais anos, estando os alunos com idades compreendidas entre os 5 e os 14 anos na rubrica "Outros". A rubrica "reformados" compreendia, até ao primeiro trimestre de 2011, pensionistas e reformados. A partir de então apenas se enquadram nessa rubrica os reformados do trabalho, estando os pensionistas distribuídos pelas restantes classes de inatividade e, caso não se incluam em nenhuma delas são classificados em "Outros".

No segundo trimestre de 2013, a taxa de emprego¹⁰, apesar de ter aumentado face ao trimestre anterior, manteve-se inferior à do trimestre homólogo, tendo-se fixado em 50,3% em Portugal e 54,7%, na Região Centro (Quadro 3). No Centro, a variação homóloga negativa deveu-se à população masculina, que viu a sua taxa de emprego sofrer um decréscimo. Contrariamente, a taxa de emprego feminina aumentou.

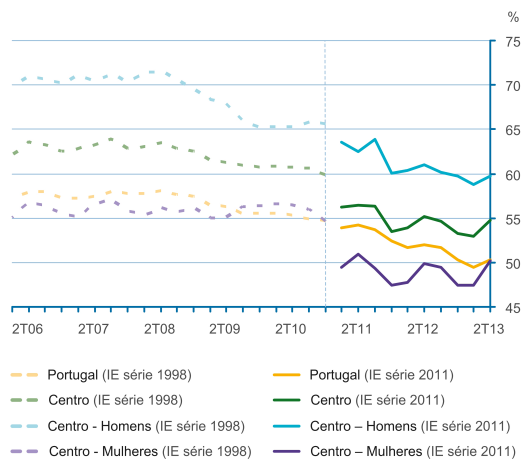
O comportamento homólogo da taxa de emprego no Centro resultou de uma diminuição de 1,7% na população empregada, consequência do decréscimo dos empregados masculinos e da manutenção dos empregados femininos. Numa desagregação por idades, verificou-se, pela primeira vez nos últimos anos, que a maior redução não foi observada no escalão etário mais jovem mas antes no escalão 25-44 anos (-4,4%). Já os empregados com idade igual ou superior a 45 anos apresentaram um crescimento homólogo de 1,3%.

Numa repartição do emprego por ramo de atividade, apenas a "construção" e os "outros serviços", evidenciaram decréscimos homólogos do número de empregados, realçando-se a redução na "construção" por ser muito significativa (-29,0%) e continuar a agravar-se. Pela positiva, destacam-se as "atividades financeiras, imobiliárias, científicas e serviços prestados às empresas" onde se registou um crescimento homólogo do emprego de 13,3%.

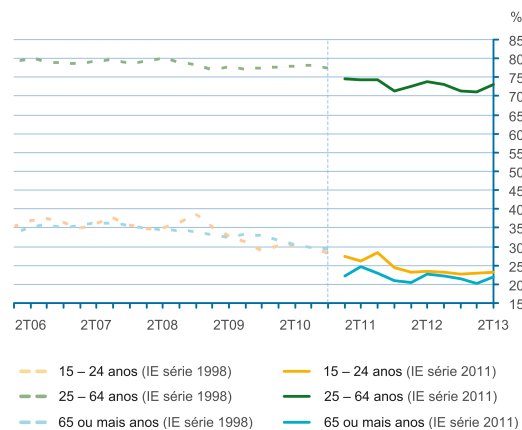
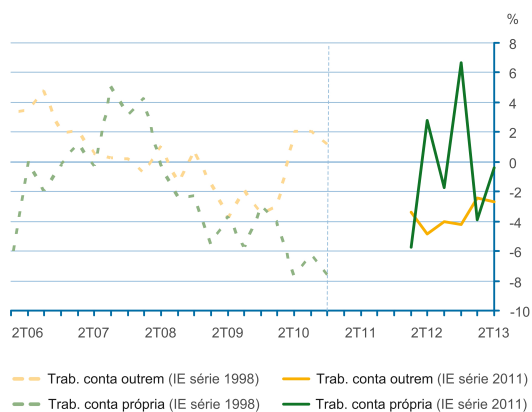
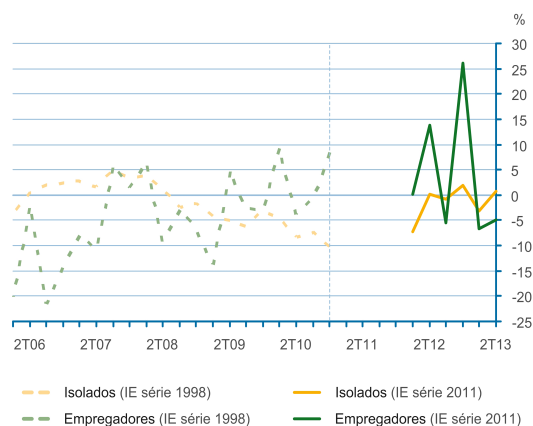
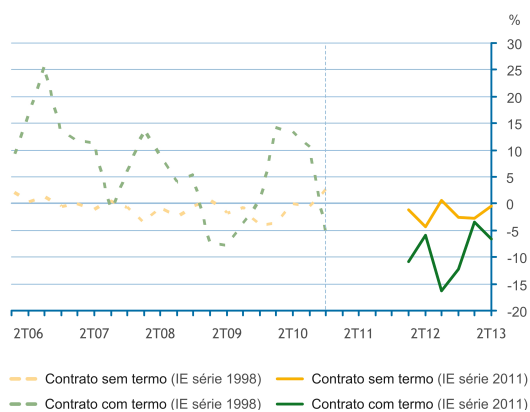
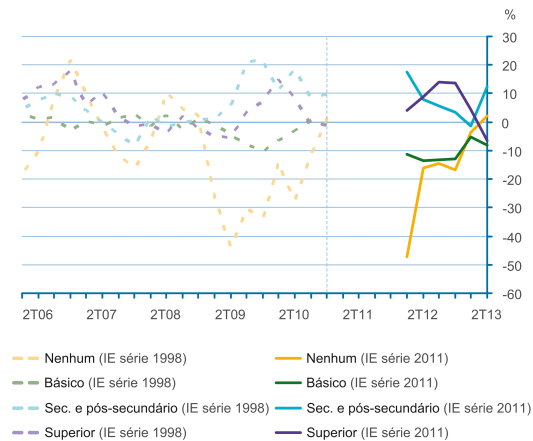
A diminuição homóloga do emprego na região, no segundo trimestre de 2013, atingiu de forma mais significativa os trabalhadores por conta de outrem (-2,7%) do que os trabalhadores por conta própria (-0,4%), tendo, todavia, sido apenas os trabalhadores por conta própria empregadores a sofrer a redução. De entre os trabalhadores por conta de outrem, os maiores decréscimos ocorreram nos contratados com termo e nos trabalhadores a tempo parcial. Relativamente à sua distribuição de acordo com as habilitações literárias, verificou-se uma inversão da tendência que vinham a apresentar nos últimos tempos, passando os trabalhadores com ensino superior a registar, neste trimestre, um decréscimo homólogo e os menos qualificados, isto é, sem qualquer grau de ensino, a apresentar uma variação positiva.

¹⁰ A taxa de emprego é dada pelo quociente entre a população empregada e a população com 15 e mais anos de idade.

Taxa de emprego em Portugal e no Centro



Taxa de emprego no Centro por grupo etário

População empregada no Centro por situação na profissão¹¹
(variação homóloga)População empregada por conta própria no Centro
(variação homóloga)População empregada por conta de outrem no Centro
por contrato de trabalho
(variação homóloga)População empregada por conta de outrem no Centro
por nível de escolaridade mais elevado completo
(variação homóloga)

Quadro 3 – Emprego*		2T13	1T13	4T12	3T12	2T12	2012	2011
							média trimestral	
Taxa de emprego (15 e mais anos)								
Portugal	%	50,3	49,5	50,3	51,7	52,0	51,4	53,5
Centro	%	54,7	52,9	53,3	54,6	55,2	54,2	55,6
	v. h. (p.p.)	-0,5	-1,0	-0,2	-1,7	-1,3	-1,4	n.d.
População empregada – Centro		milhares	1.108,2	1.072,9	1.085,9	1.113,3	1.126,8	1.106,5
	v. h. (%)	-1,7	-2,5	-1,1	-3,6	-2,7	-3,0	n.d.
Homens	v. h. (%)	-3,1	-3,5	-1,5	-6,5	-3,0	-4,1	n.d.
Mulheres	v. h. (%)	0,0	-1,3	-0,7	-0,3	-2,3	-1,8	n.d.
15 - 24 anos	v. h. (%)	-3,7	-4,5	-8,5	-19,5	-11,5	-14,2	n.d.
25 - 44 anos	v. h. (%)	-4,4	-3,8	-3,6	-5,3	-3,9	-4,3	n.d.
45 anos ou mais	v. h. (%)	1,3	-0,8	2,3	0,2	-0,4	-0,3	n.d.
Agricultura, floresta, caça, pesca e produção animal	v. h. (%)	0,2	-7,8	2,7	0,3	-1,3	-1,1	n.d.
Indústria, incluindo energia, gás e água	v. h. (%)	0,9	-0,5	-12,8	-7,5	-12,9	-10,9	n.d.
Construção	v. h. (%)	-29,0	-27,6	-25,2	-19,4	-16,6	-20,0	n.d.
Comércio e reparações, alojamento e restauração; transportes e comunicações	v. h. (%)	1,7	4,7	11,4	-3,0	2,7	1,7	n.d.
Atividades financeiras, imobiliárias, científicas e serviços prestados às empresas	v. h. (%)	13,3	2,3	20,5	-0,7	0,0	7,2	n.d.
Outros serviços	v. h. (%)	-1,5	1,1	-1,1	1,5	4,7	2,1	n.d.
Trabalhadores por conta de outrem		milhares	781,0	768,8	767,0	802,1	802,7	789,9
	v. h. (%)	-2,7	-2,4	-4,2	-4,0	-4,9	-4,1	n.d.
Contratos sem termo	v. h. (%)	-0,5	-2,8	-2,6	0,5	-4,3	-1,9	n.d.
Contratos com termo	v. h. (%)	-6,6	-3,4	-12,3	-16,2	-6,0	-11,4	n.d.
Tempo completo	v. h. (%)	-2,1	-1,4	-6,2	-5,2	-7,2	-5,9	n.d.
Tempo parcial	v. h. (%)	-9,1	-12,2	23,3	11,0	28,4	19,3	n.d.
Nenhum grau de escolaridade	v. h. (%)	2,1	-3,7	-16,7	-14,6	-16,1	-26,9	n.d.
Básico	v. h. (%)	-8,2	-5,2	-12,8	-13,1	-13,4	-12,7	n.d.
Secundário e pós-secundário	v. h. (%)	12,4	-1,5	3,4	5,6	7,8	8,4	n.d.
Superior	v. h. (%)	-6,5	4,2	13,7	14,1	8,9	10,1	n.d.
Trabalhadores por conta própria		milhares	315,0	295,0	311,8	304,3	316,2	309,8
	v. h. (%)	-0,4	-3,9	6,7	-1,7	2,8	0,3	n.d.
Isolados	v. h. (%)	0,8	-3,1	2,0	-0,8	0,2	-1,5	n.d.
Empregadores	v. h. (%)	-4,8	-6,6	26,1	-5,6	13,8	7,8	n.d.

n.d. - não disponível

* No primeiro trimestre de 2011 o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados relativos ao Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. Face à introdução das modificações mencionadas, os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2011, não permitem uma comparação direta com os dados anteriores, configurando, assim, uma quebra total de série.

A taxa de desemprego¹² inverteu a tendência de crescimento trimestral que tem vindo sucessivamente a apresentar, reduzindo-se para 16,4% em Portugal e 11,5% na Região Centro, no segundo trimestre de 2013 (Quadro 4). Contrastando com a trajetória habitual, a taxa de desemprego regional feminina apresentou-se inferior à masculina e mais baixa do que a do trimestre homólogo. Decompondo a taxa de desemprego por idades, verificou-se que, dos três escalões considerados, em dois ocorreram decréscimos homólogos, sendo os indivíduos com idade compreendida entre os 25 e os 44 anos os únicos a apresentar uma taxa de desemprego superior à do segundo trimestre de 2012.

A taxa de desemprego regional observada no segundo trimestre de 2013, reflete um total de 144,6 mil indivíduos que não conseguiram encontrar trabalho. Trata-se de um aumento de 2,1% face ao período homólogo.

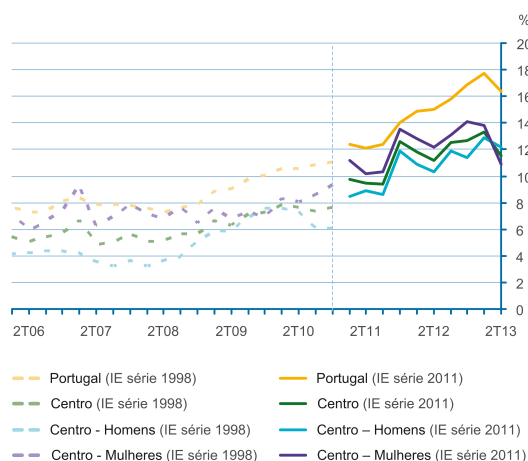
O crescimento do desemprego ocorreu entre os indivíduos do sexo masculino, os pertencentes ao escalão etário dos 25 aos 44 anos, os que procuram novo emprego e aqueles cuja procura se efetua há mais de 12 meses. O número de desempregados do sexo feminino diminuiu bastante (-12,0%), tendo-se verificado uma redução ainda mais substancial nos indivíduos

¹¹ Segundo o INE, a população empregada por situação na profissão principal decompõe-se em "Trabalhadores por conta de outrem", "Trabalhadores por conta própria", "Trabalhadores familiares não remunerados" e "Outra situação".

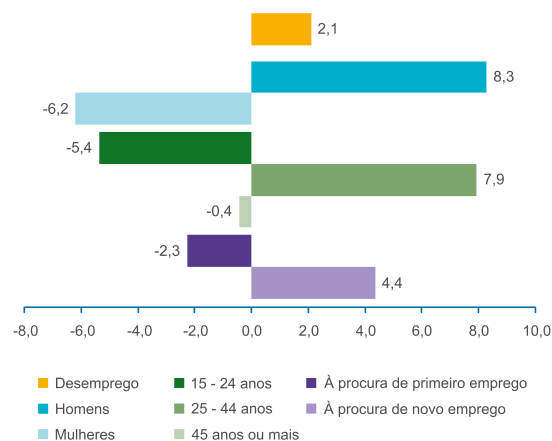
¹² A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população ativa.

pertencentes ao escalão etário 15-24 anos (-25,1%) e nos desempregados à procura do primeiro emprego (-17,6%). Também os desempregados mais velhos (com 45 ou mais anos) e os de curta duração (há menos de 12 meses) decresceram, embora com variações homólogas menos significativas.

Taxa de desemprego em Portugal e no Centro



Contributos para a taxa de variação homóloga do desemprego no Centro (%)



Quadro 4 – Desemprego*			2T13	1T13	4T12	3T12	2T12	2012	2011
			média trimestral						
Taxa de desemprego									
Portugal	%		16,4	17,7	16,9	15,8	15,0	15,7	12,7
Centro	%		11,5	13,3	12,7	12,5	11,2	12,0	10,3
	v. h. (p.p.)		0,3	1,5	2,4	3,1	1,7	1,7	n.d.
Homens	%		12,2	12,9	11,4	11,9	10,3	11,1	9,5
Mulheres	%		10,9	13,8	14,1	13,1	12,2	13,1	11,3
15 - 24 anos	%		29,0	33,9	36,4	39,7	34,5	36,4	26,3
25 - 44 anos	%		14,1	15,3	14,7	13,6	12,0	13,3	11,4
45 anos ou mais	%		6,6	8,1	6,9	6,9	6,8	6,9	6,6
População desempregada – Centro	milhares		144,6	164,6	157,4	159,1	141,6	151,4	131,1
	v. h. (%)		2,1	11,5	-0,9	32,7	16,7	15,5	n.d.
Homens	v. h. (%)		17,2	15,8	-6,6	34,7	13,9	15,0	n.d.
Mulheres	v. h. (%)		-12,0	7,3	4,9	30,9	19,5	16,1	n.d.
15 - 24 anos	v. h. (%)		-25,1	-8,4	-1,6	47,6	71,2	37,3	n.d.
25 - 44 anos	v. h. (%)		15,6	16,2	4,4	35,6	9,0	14,3	n.d.
45 anos ou mais	v. h. (%)		-1,5	18,4	-11,0	16,5	4,8	4,5	n.d.
À procura do primeiro emprego	v. h. (%)		-17,6	2,8	32,5	77,9	50,4	57,4	n.d.
À procura de novo emprego	v. h. (%)		5,0	12,8	-4,5	26,9	13,0	10,9	n.d.
Há menos de 12 meses	v. h. (%)		-6,5	-6,1	-10,2	18,9	19,0	12,9	n.d.
Há 12 meses ou mais	v. h. (%)		10,3	30,9	9,6	50,5	14,7	18,2	n.d.

n.d. - não disponível

* No primeiro trimestre de 2011 o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados relativos ao Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. Face à introdução das modificações mencionadas, os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2011, não permitem uma comparação direta com os dados anteriores, configurando, assim, uma quebra total de série.

O salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem sofreu um decréscimo homólogo real, no segundo trimestre de 2013, tanto a nível nacional como regional (Quadro 5). Para o Centro, isso significou uma alteração da variação positiva registada nos dois últimos trimestres. Apesar disso, face ao trimestre anterior, houve uma recuperação do salário médio líquido mensal.

¹³ O Índice de Custo do Trabalho definido pelo INE corresponde ao custo médio da mão-de-obra, na ótica do empregador, dado por hora efetivamente trabalhada. Abarca o custo das remunerações diretas e principais benefícios (salários, prémios, bónus, etc.) e outros encargos suportados pela entidade patronal.

Já o Índice de Custo do Trabalho¹³ registou um crescimento homólogo real, invertendo a tendência de decréscimo que vinha apresentando desde finais de 2011. Esta variação foi mais acentuada em Portugal (1,2%) do que no Centro (0,8%). O aumento do custo de trabalho suportado pelo empregador por hora efetivamente trabalhada, resultou do crescimento homólogo real dos outros custos que não os salariais, os quais englobam, por exemplo, as contribuições para a Segurança Social a cargo da entidade patronal, os seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais, as indemnizações por despedimento, etc. Os custos salariais evidenciaram um ligeiro decréscimo homólogo real na região, tendo a sua variação sido nula em Portugal.

Quadro 5 – Salários e Custos do Trabalho		2T13	1T13	4T12	3T12	2T12	2012	2011
		média trimestral						
Salário médio líquido mensal* (trabalhadores por conta de outrem)								
Portugal	€	803	806	824	805	808	810	807,75
	v. h. real (%)	-1,2	-0,1	-0,1	-2,2	-2,8	-2,5	n.d.
Centro	€	750	745	769	757	755	755	748,25
	v. h. real (%)	-1,3	0,2	0,9	-1,8	-2,2	-1,8	n.d.
Índice de Custo do Trabalho**								
Portugal	v. h. real (%)	1,2	-0,9	-1,7	-13,8	-3,0	-7,3	-2,7
	v. h. real (%)	0,8	-0,1	-3,4	-9,6	-6,5	-7,4	-1,2

n.d. - não disponível

* No primeiro trimestre de 2011 o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados relativos ao Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. Face à introdução das modificações mencionadas, os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2011, não permitem uma comparação direta com os dados anteriores, configurando, assim, uma quebra total de série.

** Com a publicação dos resultados referentes ao 1.º trimestre de 2013, o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados do Índice de Custo do Trabalho (ICT), para a qual o ano base é 2008, tendo a informação sido disponibilizada desde o 1.º trimestre de 2008.

DESEMPREGO REGISTADO

-3,3%

foi o decréscimo das inscrições dos novos desempregados da região nos centros de emprego

79

foram as colocações diárias médias realizadas pelo IEFP

Os desempregados do Centro registados no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) diminuíram face ao trimestre anterior. Apesar disso, face ao trimestre homólogo ainda se observou um crescimento de 10,7%. Já as novas inscrições de desempregados diminuíram e registou-se um crescimento significativo das colocações efetuadas por aquela instituição.

O número de desempregados residentes no Centro de Portugal registados nos centros de emprego ascendia a 131,2 mil indivíduos, no segundo trimestre de 2013 (Quadro 6). Trata-se de um valor superior ao do trimestre homólogo, mas cujo crescimento tem vindo a abrandar há três trimestres consecutivos. Efetivamente, esta foi a primeira diminuição trimestral dos desempregados registados desde há dois anos. Para estes resultados foi importante, por um lado, a diminuição das novas inscrições e, por outro, o crescimento das colocações a cargo do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). Em comparação com o trimestre homólogo, os novos desempregados decresceram 3,3%, equivalendo a uma redução média de cerca de 13 inscrições diárias, neste trimestre. Já as colocações aumentaram substancialmente face ao segundo trimestre de 2012. Em média, por dia, o IEFP efetuou 79 colocações (mais 18 do que em igual período do ano anterior).

Quadro 6 – Desemprego Registrado		2T13	1T13	4T12	3T12	2T12	2012	2011
		média trimestral						
Dados do IEFP – Centro								
Desemprego registado*	milhares	131,2	135,9	129,5	123,3	118,5	122,4	100,0
	v. h. (%)	10,7	14,8	21,9	27,3	24,1	22,4	-2,9
Novos desempregados**	milhares	33,3	39,5	40,7	42,3	34,5	39,6	37,1
	v. h. (%)	-3,3	-3,2	-0,4	1,4	15,2	6,7	3,9
Colocações do IEFP**	milhares	7,1	6,3	4,5	6,9	5,5	5,3	5,7
	v. h. (%)	30,6	43,2	1,6	-2,2	-9,9	-6,5	-9,9

* valores médios trimestrais

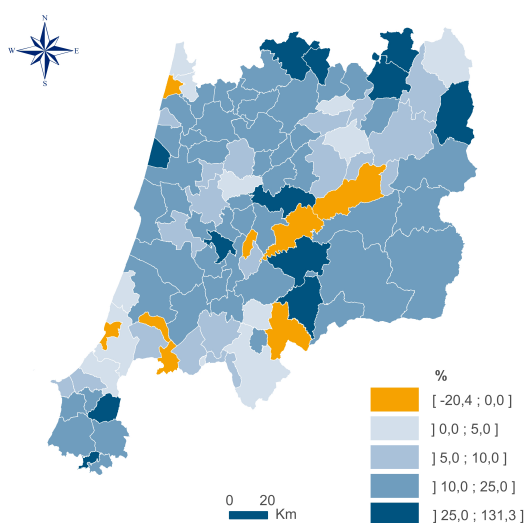
**soma dos valores dos meses que compõem o trimestre

A grande maioria dos municípios do Centro evidenciou um crescimento homólogo dos desempregados registados no IEFP. O maior aumento ocorreu em Oleiros, onde os desempregados mais que duplicaram, facto para o qual contribuiu o encerramento, em março passado, de uma importante empresa empregadora no município. Também com valores elevados, mas bastante afastados daquele (não ultrapassando os 42%) destacaram-se Trancoso, Penela, Mira, Meda, Sobral de Monte Agraço, Cadaval, Castro Daire, Arganil, Proença-a-Nova, Vila Nova de Paiva e Almeida. Na maioria destes municípios houve uma deterioração da evolução do desemprego registado, sendo que apenas em Penela, Proença-a-Nova, Sobral de Monte Agraço e Almeida se verificou um abrandamento do crescimento homólogo do desemprego registado. À semelhança desta última situação, mais 62 municípios apresentaram melhorias na evolução homóloga deste indicador. Destaque para Mação, Castanheira de Pera, Nazaré, Batalha, Murtosa, Pampilhosa da Serra e Covilhã por terem invertido a sua situação de crescimento homólogo do desemprego registado, passando a apresentar menos desempregados registados no IEFP do que no período homólogo.

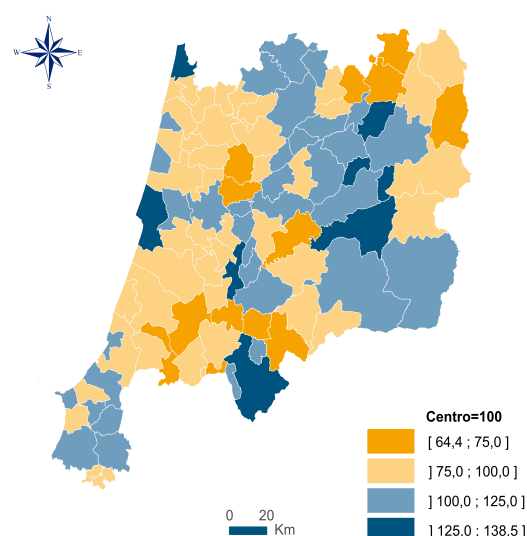
Considerando a importância dos desempregados registados no IEFP no total da população em idade potencialmente ativa verificou-se um rácio superior ao da média regional em 42 dos 100 municípios da região. Destes, Figueiró dos Vinhos continuou a ser o município que apresentou o maior distanciamento da média regional, registando um índice de disparidade¹⁴ de 138,5. Em sentido inverso encontrava-se Mortágua que, com uma importância do desemprego registado na população em idade potencialmente ativa a representar 64,4% do valor da região, evidenciava o menor índice de disparidade.

¹⁴ O índice de disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional é um indicador que pretende traduzir a dispersão do desemprego registado no IEFP na população em idade potencialmente ativa em cada município em relação ao valor desse indicador no Centro de Portugal. Este índice é obtido da seguinte forma: $\frac{[(\text{desemprego registado}) / (\text{população média residente 15-64 anos})]}{[(\text{desemprego registado})_{RC} / (\text{população média residente 15-64 anos})_{RC}]} * 100$, sendo i determinado município e $_{RC}$ a região Centro. Para o cálculo do índice foi utilizada a população média residente do escalão etário 15-64 anos relativa ao ano de 2011.

Variação homóloga do desemprego registado no segundo trimestre de 2013



Disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional no segundo trimestre de 2013



EMPRESAS

O setor empresarial, no segundo trimestre de 2013, continua a evidenciar dificuldades acrescidas face a igual período do ano anterior. Por um lado, assistiu-se a um redução homóloga dos empréstimos obtidos pelas sociedades não financeiras e ao acréscimo da importância do crédito vencido que estas contrataram, por outro lado, as ações de insolvência acentuaram o seu crescimento homólogo. Apesar disto, o número de empresas constituídas continuou a aumentar face ao trimestre homólogo.

A constituição de empresas, no segundo trimestre de 2013, voltou a aumentar em comparação com o período homólogo (Quadro 7). Este crescimento foi mais significativo a nível nacional (9,4%) do que no Centro de Portugal (8,9%). Contudo, as variações observadas foram muito inferiores

16

empresas criadas
por dia

21,7%

foi o crescimento homólogo
das ações de insolvência no
Centro

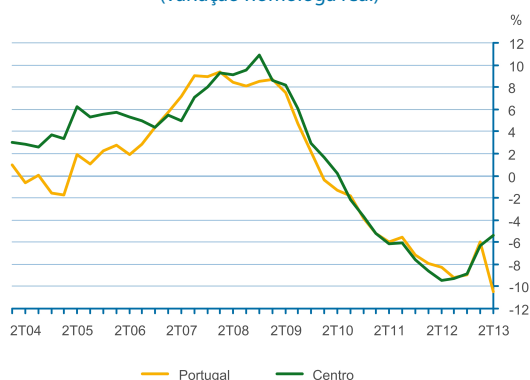
¹⁵ A IGNIOS - Gestão Integrada de Risco, S.A. disponibiliza as ações de insolvência publicadas de acordo com a seguinte classificação: Declarada a Insolvência, Declarada a Insolvência – Apresentada, Declarada a Insolvência – Requerida e Em Plano de Insolvência. O total de ações de insolvência inclui estas quatro classificações.

às do trimestre anterior. Em Portugal, em média foram criadas diariamente, neste trimestre, 87 empresas, 16 das quais na região, representando um acréscimo homólogo médio de sete novas empresas no país e uma no Centro.

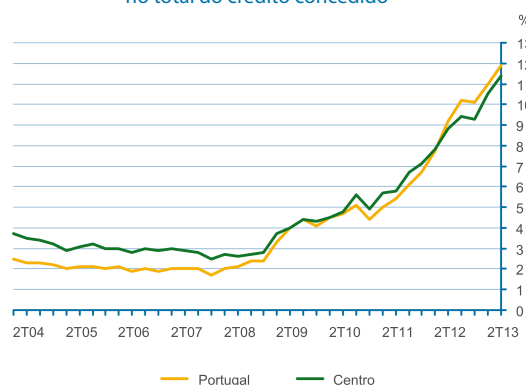
Os empréstimos concedidos a sociedades não financeiras mantiveram, no segundo trimestre de 2013, a tendência de decréscimo homólogo real que têm vindo a apresentar nos últimos anos. Contudo, enquanto que em Portugal se assistiu a uma acentuação da redução, na região a diminuição tem vindo a ser sucessivamente menor, tendo-se fixado, neste trimestre, em -5,4%. No que respeita à importância do crédito vencido no total do crédito concedido, a evolução continuou em sentido ascendente, tendo atingido 11,9% em Portugal e 11,4% na região.

As ações de insolvência¹⁵, no segundo trimestre de 2012, intensificaram-se face ao trimestre homólogo, tendo o crescimento na região (21,7%) sido superior ao verificado a nível nacional (13,8%). Esta variação traduziu-se num aumento dos processos de insolvência para uma média diária de 28 ações em Portugal e seis na região.

Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
(variação homóloga real)



Crédito vencido das sociedades não financeiras
no total do crédito concedido



Quadro 7 – Empresas		2T13	1T13	4T12	3T12	2T12	2012	2011
		média trimestral						
Empresas constituídas								
Portugal	número	7.848	11.782	7.464	6.186	7.175	7.560	8.573
	v. h. (%)	9,4	25,2	2,9	-15,4	-18,2	-11,8	12,0
Centro	número	1.402	2.142	1.281	1.111	1.287	1.345	1.521
	v. h. (%)	8,9	26,0	-0,8	-14,3	-17,0	-11,6	7,0
Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras								
Portugal	milhões €	105.196	106.542	106.586	109.931	111.689	110.332	117.430
	v. h. real (%)	-10,4	-6,0	-9,0	-9,2	-8,3	-8,6	-6,0
Centro	milhões €	16.461	16.495	16.629	17.015	17.294	17.129	18.326
	v. h. real (%)	-5,4	-6,4	-8,8	-9,3	-9,5	-9,1	-6,2
Crédito vencido (em percentagem do crédito concedido)								
Portugal	%	11,9	11,0	10,1	10,2	9,2	9,3	5,8
Centro	%	11,4	10,5	9,3	9,4	8,8	8,8	6,3
Ações de Insolvência								
Portugal	número	2.480	2.369	2.195	1.835	2.179	2.125	1.627
	v. h. (%)	13,8	3,4	23,5	19,7	38,3	30,7	18,5
Centro	número	549	494	474	410	451	449	335
	v. h. (%)	21,7	6,9	29,9	25,4	37,1	34,0	19,0

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

As transações internacionais de bens evidenciaram uma recuperação no segundo trimestre de 2013. Quer as saídas quer as entradas de bens em Portugal, inverteram a variação homóloga negativa, tendo evidenciado um crescimento, o qual foi, no entanto, mais significativo ao nível das saídas. Na região, as variações homólogas reais destes fluxos foram superiores às nacionais.

As saídas de bens apresentaram um acréscimo homólogo real¹⁶ que foi mais expressivo no Centro, onde atingiu 9,1%, do que em Portugal, onde se fixou em 7,1%. Em qualquer dos casos, estes acréscimos configuraram uma inversão da variação observada no trimestre anterior (Quadro 8). Este aumento foi mais significativo no mercado extracomunitário do que no intracomunitário.

Considerando a desagregação das saídas por grupos de produtos, de entre as doze secções da Nomenclatura Combinada com maior importância nas transações internacionais¹⁷ do Centro de Portugal, apenas os “produtos do reino vegetal” apresentaram um decréscimo homólogo real (-1,2%). Todos os outros grupos variaram entre 0,2%, como no caso dos “animais vivos e produtos do reino animal”, e 23,1%, no caso do “material de transporte”. De destacar ainda a secção “plástico e suas obras; borracha e suas obras” por também ter apresentado um crescimento homólogo real significativo (22,6%).

Também nas entradas de bens foi visível um crescimento homólogo real, no segundo trimestre de 2013. Contudo, comparativamente com a variação das saídas, o seu acréscimo foi ligeiramente inferior, conduzindo a que o saldo da balança comercial melhorasse face ao trimestre homólogo. Na Região Centro, o aumento real das entradas face a igual período do ano anterior deveu-se às importações intracomunitárias uma vez que, em relação às extracomunitárias, se observou um decréscimo homólogo real. Já em Portugal, registou-se um crescimento das entradas provenientes tanto do mercado intra como extracomunitário.

9,1%

foi o crescimento
homólogo real das
saídas e

8,9%

o das entradas na
região

¹⁶ As taxas de variação real das variáveis presentes neste capítulo foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos.

¹⁷ As secções da Nomenclatura Combinada analisadas foram escolhidas em função dos montantes transacionados durante o ano de 2010, no que toca quer a saídas quer a entradas e encontram-se enumeradas nas fontes de informação.

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens*		2T13	1T13	4T12	3T12	2T12	2012	2011
							média trimestral	
Saídas de Bens								
Portugal	milhões €	12.267,1	11.541,9	11.189,5	11.061,3	11.588,4	11.351,8	10.707,0
	v. h. real (%)	7,1	-0,4	-0,2	2,6	5,2	4,3	7,6
Intracomunitárias	milhões €	8.599,6	8.262,5	7.819,4	7.663,1	8.297,1	8.049,1	7.968,2
	v. h. real (%)	4,8	-2,0	-3,3	-3,1	0,3	-0,6	6,1
Extracomunitárias	milhões €	3.667,5	3.279,4	3.370,1	3.360,3	3.245,9	3.281,9	2.738,8
	v. h. real (%)	14,3	3,9	7,9	16,9	18,2	17,9	11,9
Centro	milhões €	2.351,0	2.202,4	2.182,1	2.018,1	2.179,1	2.148,9	2.056,8
	v. h. real (%)	9,1	-0,8	7,5	-0,4	0,2	2,8	-1,7
Intracomunitárias	milhões €	1.775,8	1.694,5	1.605,2	1.514,6	1.664,7	1.624,2	1.578,3
	v. h. real (%)	7,9	-1,2	5,2	-0,7	-1,8	1,3	-3,4
Extracomunitárias	milhões €	575,2	507,8	576,9	503,5	514,4	524,6	478,5
	v. h. real (%)	13,1	0,6	14,5	0,5	7,4	7,9	4,5
Entradas de Bens								
Portugal	milhões €	14.282,6	13.519,8	13.933,0	13.811,3	13.982,6	14.058,6	14.807,3
	v. h. real (%)	6,1	-4,9	-2,2	-6,8	-10,6	-6,4	-6,5
Intracomunitárias	milhões €	10.234,4	9.567,0	10.285,5	9.550,6	10.102,7	10.100,6	10.902,6
	v. h. real (%)	5,3	-6,7	-3,7	-9,6	-10,3	-8,6	-9,8
Extracomunitárias	milhões €	4.048,2	3.952,9	3.647,5	4.260,6	3.879,9	3.958,0	3.904,8
	v. h. real (%)	8,4	-0,2	2,1	0,1	-11,2	0,0	4,4
Centro	milhões €	1.812,8	1.730,9	1.706,5	1.598,0	1.729,2	1.699,5	1.796,8
	v. h. real (%)	8,9	0,2	-2,7	-7,4	-9,1	-6,7	2,3
Intracomunitárias	milhões €	1.552,8	1.463,2	1.476,5	1.361,5	1.452,5	1.449,0	1.524,7
	v. h. real (%)	11,1	-0,8	-2,5	-6,9	-8,8	-6,3	3,6
Extracomunitárias	milhões €	260,0	267,7	230,1	236,6	276,7	250,5	272,1
	v. h. real (%)	-2,4	5,7	-4,2	-10,2	-10,5	-9,2	-4,4

*Os valores utilizados para 2012 e 2013 correspondem a dados preliminares, revistos trimestralmente.

Analisando as entradas de acordo com as já mencionadas doze secções da Nomenclatura Combinada, verificou-se que, no Centro, a maioria apresentou crescimentos homólogos reais, no segundo trimestre de 2013, sendo de destacar, pela variação significativa apresentada, a secção “produtos do reino vegetal” (48,5%). Também com um aumento importante estiveram as “obras de pedra, gesso, ...; produtos cerâmicos; vidro e suas obras” (28,5%) e a secção “madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça ...” (19,5%). Já em sentido contrário registaram-se decréscimos homólogos reais nas entradas de “animais vivos e produtos do reino animal” (-4,5%) e nas “matérias têxteis e suas obras” (-1,0%).

TURISMO

1,3%

foi o crescimento homólogo dos hóspedes na região e

-7,4%

a diminuição real dos proveitos dos estabelecimentos hoteleiros

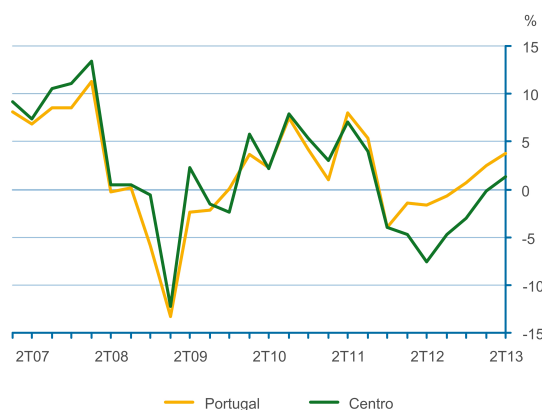
A informação relativa ao turismo em Portugal, evidenciou um crescimento do setor, no segundo trimestre de 2013. Já na região, com exceção do número de hóspedes, todos os indicadores analisados apresentaram variações homólogas negativas.

Os estabelecimentos hoteleiros quer nacionais quer regionais hospedaram mais indivíduos, no segundo trimestre de 2013, do que em igual período do ano anterior (Quadro 9). Em Portugal este aumento (3,7%) foi mais significativo do que no Centro (1,3%). No entanto, na região foi a primeira vez, desde o terceiro trimestre de 2011, que o indicador apresentou uma variação positiva. Já em relação às dormidas o comportamento nacional e regional foi distinto, uma vez que a nível nacional se registou um crescimento homólogo e na região o número de dormidas foi inferior ao do segundo trimestre de 2012.

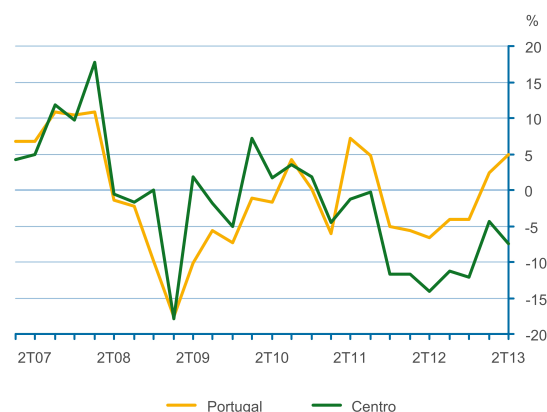
No Centro de Portugal, a conjugação do crescimento do número de hóspedes com a redução do número de dormidas conduziu a que, face ao trimestre homólogo se tivesse verificado uma diminuição da estada média. Enquanto que no segundo trimestre de 2012, cada hóspede passou, em média 1,8 noites nos estabelecimentos hoteleiros da região, no segundo trimestre de 2013, só pernitoiu 1,7 noites. Efetivamente, esta foi a primeira vez que a estada média habitualmente observada no segundo trimestre diminuiu para 1,7 noites, nos últimos anos. Já em Portugal, a estada média manteve-se idêntica à do trimestre homólogo (2,8 noites).

Relativamente aos proveitos totais dos estabelecimentos hoteleiros também se observou um comportamento diferenciado em Portugal e no Centro, no segundo trimestre de 2013. A nível nacional acentuou-se o crescimento homólogo real e na região o decréscimo homólogo real observado foi superior ao do trimestre anterior. A variação no Centro de Portugal (-7,4%) resultou, em parte, da diminuição homóloga real ocorrida nos proveitos de aposento (-3,6%).

Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros em Portugal e no Centro
(variação homóloga)



Proveitos totais
(variação homóloga real)



Quadro 9 – Turismo*		2T13	1T13	4T12	3T12	2T12	2012	2011
							média trimestral	
Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros								
Portugal	milhares	4.039	2.369	2.758	4.913	3.895	3.469	3.498
	v. h. (%)	3,7	2,5	0,7	-0,7	-1,7	-0,8	3,4
Região Centro	milhares	570	367	442	731	563	526	554
	v. h. (%)	1,3	-0,2	-3,1	-4,8	-7,6	-5,2	2,9
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros								
Portugal	milhares	11.433	6.216	7.204	15.751	10.843	9.938	9.860
	v. h. (%)	5,4	4,4	2,9	1,7	-1,5	0,8	5,5
Região Centro	milhares	981	606	739	1.435	997	947	1.011
	v. h. (%)	-1,6	-1,6	-8,2	-5,7	-9,2	-6,3	4,1
Estada média								
Portugal	n.º noites	2,8	2,6	2,6	3,2	2,8	2,9	2,8
Região Centro	n.º noites	1,7	1,7	1,7	2,0	1,8	1,8	1,8
Proveitos totais								
Portugal	milhares €	530.829	272.954	336.862	754.555	503.048	465.157	476.501
	v. h. real (%)	4,9	2,3	-4,1	-4,1	-6,7	-5,0	1,7
Região Centro	milhares €	40.963	26.127	33.733	63.855	43.970	42.207	46.808
	v. h. real (%)	-7,4	-4,4	-12,0	-11,3	-14,1	-12,3	-3,8

* Os valores de 2012 correspondem a dados preliminares.
Desde a edição nº 15 deste boletim, os dados absolutos reportam-se à soma dos valores mensais em cada trimestre.

CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

Apesar do setor da construção continuar em recessão no segundo trimestre de 2013, foi observada uma melhoria em diversos indicadores. Apesar disso, na conclusão de edifícios e nos empréstimos concedidos à habitação acentuou-se a redução homóloga.

O segundo trimestre de 2013 continuou a ser marcado por um decréscimo homólogo no licenciamento de edifícios, o qual foi, no entanto, bastante mais acentuado a nível nacional do que regional (Quadro 10). Apesar da diminuição observada, as variações registadas foram inferiores às do trimestre anterior, indiciando alguma melhoria no setor. No caso do Centro, esta situação foi particularmente visível no que respeita ao licenciamento de construções novas, cuja quebra homóloga teve um abrandamento muito significativo, tendo passado de -26% no trimestre anterior para -2,5%, neste trimestre. Esta moderação foi parcialmente motivada pelo elevado crescimento no licenciamento de edifícios novos não destinados à habitação familiar. Efetivamente, os fogos novos com finalidades residenciais, mantiveram uma redução face a igual período do ano anterior bastante expressiva (-32,0%).

Ao nível da conclusão de edifícios, a tendência das variações homólogas foi oposta à do licenciamento. De facto, houve uma acentuação do decréscimo homólogo dos edifícios concluídos que, também aqui, foi mais significativa em Portugal do que na região. No Centro, a exceção ocorreu ao nível dos novos fogos concluídos para habitação familiar, para os quais a diminuição homóloga, apesar de continuar bastante expressiva (-24,5%), foi um pouco inferior à do trimestre anterior.

Os empréstimos concedidos à habitação acentuaram a tendência de decréscimo homólogo real, no segundo trimestre de 2013, tendo diminuído 4,3% tanto em Portugal como na região. Já o crédito à habitação vencido, em termos reais, não variou a nível nacional e apresentou um crescimento bastante reduzido a nível regional, por comparação com igual período do ano anterior. Ainda assim, o crédito à habitação vencido ainda representava, na região 2,1% do total do crédito concedido para esta finalidade, valor um pouco inferior ao rácio nacional (2,3%).

-2,5%

foi a diminuição homóloga das licenças para construções novas na região e

-6,1%

o decréscimo real da avaliação bancária da habitação

Quadro 10 – Construção e Habitação		2T13	1T13	4T12	3T12	2T12	2012	2011
							média trimestral	
Edifícios licenciados								
Portugal	n.º	4.182	4.260	4.702	5.156	5.246	5.195	6.259
	v. h. (%)	-20,3	-24,9	-19,7	-15,9	-18,8	-17,0	-10,5
Centro	n.º	1.520	1.529	1.595	1.617	1.636	1.664	1.965
	v. h. (%)	-7,1	-15,4	-12,2	-13,5	-19,3	-15,3	-10,7
Construções novas	n.º	857	787	844	900	879	922	1.254
	v. h. (%)	-2,5	-26,0	-24,4	-19,3	-33,7	-26,5	-17,8
Novos fogos para habitação familiar		v. h. (%)	-32,0	-42,7	-28,9	-33,1	-39,7	-34,1
Edifícios concluídos*								
Portugal	n.º	5.222	5.367	7.104	6.432	6.259	6.483	6.618
	v. h. (%)	-16,6	-12,5	3,2	-3,9	-7,0	-2,0	-6,4
Centro	n.º	1.719	1.851	2.324	2.121	1.948	2.089	2.106
	v. h. (%)	-11,8	-5,7	2,7	-2,8	-5,6	-0,8	-3,3
Construções novas	n.º	1.243	1.282	1.671	1.543	1.415	1.519	1.552
	v. h. (%)	-12,2	-11,4	-1,1	-1,2	-6,7	-2,1	-6,0
Novos fogos para habitação familiar		v. h. (%)	-24,5	-27,3	3,3	-0,6	-8,7	-2,9
Empréstimos concedidos para habitação								
Portugal	v. h. real (%)	-4,3	-3,6	-5,3	-5,5	-5,0	-5,3	-3,0
	v. h. real (%)	-4,3	-3,6	-5,3	-5,5	-5,0	-5,3	-3,0
Crédito à habitação vencido**								
Portugal	v. h. real (%)	0,0	10,8	8,9	4,0	10,0	5,5	2,2
	v. h. real (%)	0,5	6,5	10,5	5,0	11,8	8,3	4,5
Avaliação bancária da habitação								
Portugal	€/m²	1.014,0	995,7	1.022,0	1.030,3	1.048,0	1.039,5	1.120,3
	v. h. real (%)	-5,4	-6,1	-7,4	-9,6	-11,0	-9,7	-7,1
Centro	€/m²	852,0	831,3	861,7	869,0	887,0	880,0	946,7
	v. h. real (%)	-6,1	-8,1	-8,4	-10,9	-10,1	-9,6	-5,9

* Os valores apresentados para 2013 correspondem a dados provisórios estimados. A informação reportada aos anos de 2010 a 2012 corresponde a dados revistos.

** Trata-se de créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares.

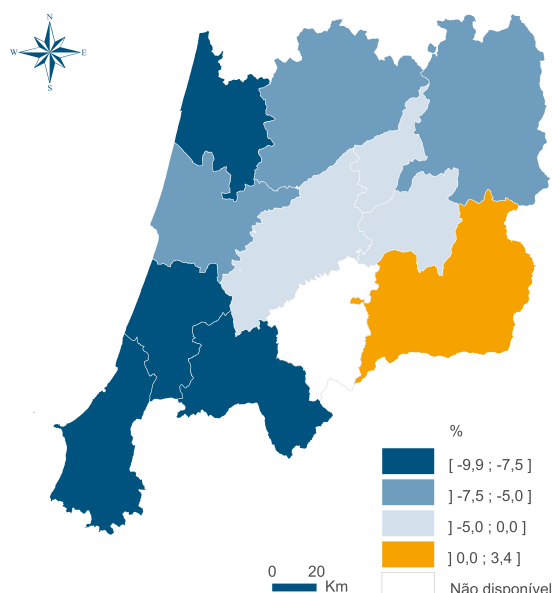
A avaliação bancária da habitação, no segundo trimestre de 2013, continuou, em termos reais, inferior à do período homólogo. No entanto, o decréscimo verificado manteve-se em desaceleração, tendo atingido, em Portugal, -5,4% e, na região, -6,1%.

Ao nível sub-regional, quase todas as NUTS III apresentaram decréscimos homólogos reais da avaliação bancária da habitação no segundo trimestre de 2013. Apenas na Beira Interior Sul se registou uma valorização da avaliação bancária da habitação (3,4%), por comparação com igual período do ano anterior, invertendo assim a tendência de variação negativa que vinha a apresentar desde o final de 2010. Nas restantes¹⁸, a diminuição homóloga observada foi mais reduzida do que a do trimestre anterior em seis sub-regiões e mais acentuada em quatro. O Médio Tejo foi onde a redução homóloga real foi mais expressiva (-9,9%) e onde esta mais se intensificou.

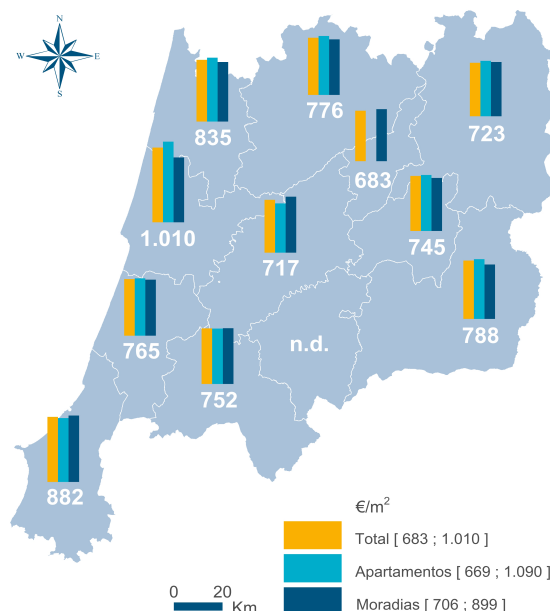
Considerando a avaliação bancária de acordo com as tipologias de habitação, foi igualmente visível um decréscimo homólogo real da avaliação quer de apartamentos quer de vivendas. Contudo, a redução nos apartamentos foi menos expressiva do que nas moradias. O Baixo Mondego, apesar de apresentar a maior redução homóloga real da avaliação bancária de apartamentos, continuou a ser onde estes foram mais valorizados na região (1.090€/m²). Nas moradias, a avaliação bancária foi mais elevada no Oeste (899€/m²), não obstante também ter apresentado uma redução homóloga real significativa (-9,6%). A maior variação, que atingiu -14,3%, ocorreu no Pinhal Litoral onde as moradias foram avaliadas a 756€/m².

¹⁸ Por indisponibilidade de informação, não foi possível proceder a este tipo de análise no Pinhal Interior Sul.

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no segundo trimestre de 2013



Avaliação bancária da habitação* no segundo trimestre de 2013



*Avaliação bancária no Pinhal Interior Sul e avaliação bancária de apartamentos na Serra da Estrela não disponível (n.d.).

PREÇOS E CONSUMO PRIVADO

Os preços no Centro de Portugal retomaram o crescimento homólogo, no segundo trimestre de 2013, embora inferior ao de Portugal. Já o consumo privado apesar de evidenciar alguma contenção, mais acentuada no caso regional do que nacional, apresentou diversos sinais positivos.

O nível médio de preços, aferido através do Índice de Preços no Consumidor (IPC) aumentou ligeiramente face ao período homólogo, no segundo trimestre de 2013, tendo o acréscimo em Portugal (0,6%) sido ligeiramente superior ao da região (0,4%). No Centro a variação traduziu-se no retomar da tendência de crescimento homólogo dos preços, interrompida no trimestre anterior (Quadro 11). Na região, em quase todas as classes de produtos foi visível este crescimento homólogo dos preços, destacando-se os aumentos nas "bebidas alcoólicas e tabaco" (3,4%) e nos "produtos alimentares e bebidas" (2,2%). Apenas nas classes de "transportes", "vestuário e calçado" e "acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação" ocorreram diminuições homólogas dos preços.

0,4%

foi a taxa de inflação homóloga na região e

4,9%

o crescimento homólogo real das importações intracomunitárias de bens de consumo

Quadro 11 – Preços*		2T13	1T13	4T12	3T12	2T12	2012	2011
							média trimestral	
Índice de Preços no Consumidor – IPC								
Portugal	v. h. (%)	0,6	0,2	2,0	2,9	2,8	2,8	3,7
Centro	v. h. (%)	0,4	-0,3	1,9	3,0	3,0	2,9	4,3
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v. h. (%)	2,2	1,6	3,1	3,4	3,5	3,5	3,0
Bebidas alcoólicas e tabaco	v. h. (%)	3,4	4,4	4,2	4,2	4,7	4,2	7,4
Vestuário e calçado	v. h. (%)	-0,9	-3,3	-3,7	-1,9	-1,9	-1,8	-1,4
Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	v. h. (%)	2,1	3,3	6,0	11,9	11,3	10,0	8,2
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v. h. (%)	-0,3	0,2	-0,1	-0,1	0,3	0,1	1,3
Saúde	v. h. (%)	1,6	-2,4	-3,8	-3,6	-0,4	-1,1	4,8
Transportes	v. h. (%)	-3,5	-2,5	1,6	2,6	1,9	2,5	8,4
Comunicações	v. h. (%)	0,5	-1,0	0,6	0,4	0,1	0,3	2,9
Lazer, recreação e cultura	v. h. (%)	0,6	1,0	1,3	1,5	0,3	0,7	0,5
Educação	v. h. (%)	1,4	1,4	1,6	1,7	1,9	1,8	1,1
Restaurantes e hotéis	v. h. (%)	0,7	1,1	4,1	4,4	4,4	4,3	1,7
Bens e serviços diversos	v. h. (%)	0,3	0,2	1,3	1,5	1,8	1,6	2,3

* A partir de janeiro de 2013 iniciou-se a divulgação de uma nova série do IPC, com base 100 em 2012. Esta nova série resulta da apropriação de informação que ficou disponível no ano 2012 através de outros inquéritos entretanto realizados, tendo sido efetuadas alterações ao nível dos produtos integrantes, introduzidos novos produtos e excluído um montante similar de produtos que perderam representatividade na despesa dos consumidores e efetuadas alterações ao nível do peso relativo que algumas classes apresentam no IPC.

No segundo trimestre de 2013 a maioria dos indicadores utilizados para expressar o consumo privado (Quadro 12) apontou no sentido deste ainda se encontrar em retração. Contudo, existiram já indicadores a evidenciar alguns sinais positivos. Foi o caso das importações intracomunitárias de bens de consumo que apresentaram um crescimento homólogo real, algo que já não sucedia há pelo menos dois anos, e dos pagamentos em caixas automáticos, que também registaram uma variação homóloga positiva, e ainda, mas apenas ao nível nacional, os levantamentos em caixas automáticos. Efetivamente, a recuperação do consumo privado teve maior expressão em Portugal do que no Centro já que, para além de mais indicadores apresentarem melhorias, as suas variações foram também mais significativas.

Quadro 12 – Consumo Privado		2T13	1T13	4T12	3T12	2T12	2012	2011
							média trimestral	
Importações intracomunitárias (chegadas) de bens de consumo*								
Portugal	v. h. real (%)	6,8	0,0	-3,7	-8,2	-5,4	-6,3	-9,5
Centro	v. h. real (%)	4,9	-3,2	-5,1	-5,5	-8,2	-7,4	-6,5
Receitas de cinema								
Portugal	v. h. real (%)	-14,0	-10,6	-9,4	-2,0	-18,2	-10,0	-6,2
Centro	v. h. real (%)	-9,6	-8,5	-11,2	-1,8	-26,2	-13,1	-5,7
Empréstimos concedidos para consumo e outros fins**								
Portugal	v. h. real (%)	-10,4	-10,5	-12,3	-14,4	-12,4	-12,7	-8,7
Centro	v. h. real (%)	-11,3	-11,1	-12,6	-15,0	-12,7	-13,2	-8,6
Crédito vencido para consumo e outros fins** (em percentagem do crédito concedido)								
Portugal	%	12,6	12,2	11,8	11,5	11,5	11,4	9,6
Centro	%	11,8	11,4	11,0	10,6	10,6	10,5	8,8
Levantamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	1,2	-0,8	-2,6	-4,6	-6,5	-4,4	-4,6
Centro	v. h. real (%)	-5,2	-1,2	-2,5	-3,7	-0,2	-2,3	-4,0
Pagamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	0,8	-2,6	-4,1	-1,7	-2,9	-2,7	-1,1
Centro	v. h. real (%)	0,5	-1,8	-3,8	0,2	-0,7	-1,3	0,9
Compras em terminais de pagamento automático								
Portugal	v. h. real (%)	-1,5	-4,4	-7,5	-6,5	-11,6	-7,7	-2,4
Centro	v. h. real (%)	-1,9	-4,6	-8,2	-6,6	-11,7	-7,8	-1,2

* As importações intracomunitárias encontram-se por critério de origem e destino.
 ** Créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares. Excluem-se os empréstimos destinados à habitação.

POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENTRO

No final de junho de 2013, estavam aprovados quase 16 mil projetos de investimento na Região Centro, no âmbito do QREN. Este volume de aprovações traduz-se num investimento total previsto de 9,8 mil milhões de euros e num cofinanciamento de 5,7 mil milhões de euros de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão. A região continuava a ser a segunda maior beneficiária de fundos comunitários do país.

No Programa Operacional Regional – Mais Centro, no final do primeiro semestre de 2013, tinham sido já aprovadas 3.889 operações. Estes projetos envolviam uma comparticipação de FEDER de 1,7 mil milhões de euros, ou seja, praticamente a totalidade da dotação de fundo comunitário deste programa operacional. Cerca de 63,5% deste montante encontrava-se já executado. No final de junho, o Mais Centro mantinha-se como o programa operacional regional do Continente que registava as mais elevadas taxas de execução, de realização e de pagamento.

5,7 mil

milhões de euros de fundos comunitários do QREN aprovados no Centro de Portugal

63,5%

foi a taxa de execução do Mais Centro no final de junho de 2013

No período 2007-2013, são principalmente os instrumentos financeiros, Fundos Estruturais (FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e FSE – Fundo Social Europeu) e Fundo de Coesão, que asseguram a concretização dos objetivos da Convergência e da Competitividade Regional e do Emprego, em termos da Política de Coesão.

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB per capita em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade, em regiões de convergência quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região phasing-out (Algarve); região phasing-in (Madeira) e região da competitividade e do emprego (Lisboa).

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) contempla três grandes Agendas Temáticas: Agenda para o Potencial Humano, Agenda para os Factores de Competitividade e Agenda para a Valorização do Território. A concretização das Agendas é assegurada pelos Programas Operacionais Temáticos: Potencial Humano (PO PH), Factores de Competitividade (PO FC) e Valorização do Território (PO VT); pelos Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira; pelos Programas Operacionais de Cooperação Territorial Transfronteiriça (Portugal-Espanha e Bacia do Mediterrâneo), Transnacional (Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu, Mediterrâneo e Madeira-Açores-Canárias), Inter-regional e de Redes de Cooperação Inter-regional e ainda pelos Programas Operacionais de Assistência Técnica.

Após a reprogramação dos Programas do QREN, submetida à Comissão Europeia em julho de 2011 e aprovada em meados de dezembro de 2011, o Mais Centro (Programa Operacional Regional do Centro) encontra-se estruturado nos seguintes eixos:

- Eixo 1: Competitividade, Inovação e Conhecimento
- Eixo 2: Valorização do Espaço Regional
- Eixo 3: Coesão Local e Urbana
- Eixo 4: Assistência técnica.

No final de junho de 2013, tinham sido já aprovados 15.994 projetos no âmbito do QREN, no Centro de Portugal, o que se traduzirá num investimento total na região de 9,8 mil milhões de euros e numa comparticipação de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão de 5,7 mil milhões de euros.

O QREN alavanca assim um investimento potencial na região de quase o dobro do valor dos fundos comunitários aprovados (por cada euro de fundos comunitários aprovados é previsto um investimento total de cerca de 1,7 euros), sendo que no caso de projetos de investimento financiados pelo PO FC o efeito multiplicador era mais elevado (2,5).

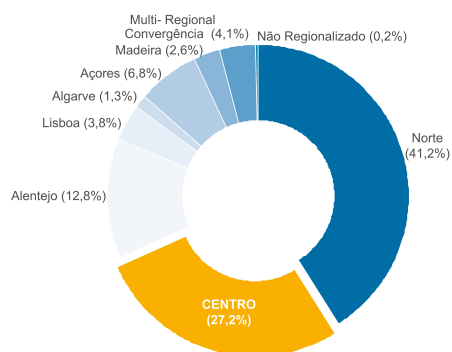
Relativamente aos vários programas do QREN a financiar projetos na região, o Mais Centro e o PO PH têm sido os que concentram o maior valor de fundos comunitários aprovados no Centro (29,5% e 29,9%, respetivamente do total de fundos QREN aprovados na região).

Relativamente ao Programa Operacional Regional - Mais Centro, no final de junho de 2013, estavam aprovados cerca de quatro mil projetos individuais, prevendo-se que envolvam um investimento total de 2,6 mil milhões de euros e uma comparticipação com fundo comunitário FEDER de 1,7 mil milhões de euros. Nesta fase do período de programação, em que o compromisso é já quase de 100%, o aumento do valor de FEDER aprovado entre trimestres tem diminuído. Ainda assim, entre o final de março e o final de junho de 2013, o valor de FEDER aprovado pelo Mais Centro aumentou 17,4 milhões de euros.

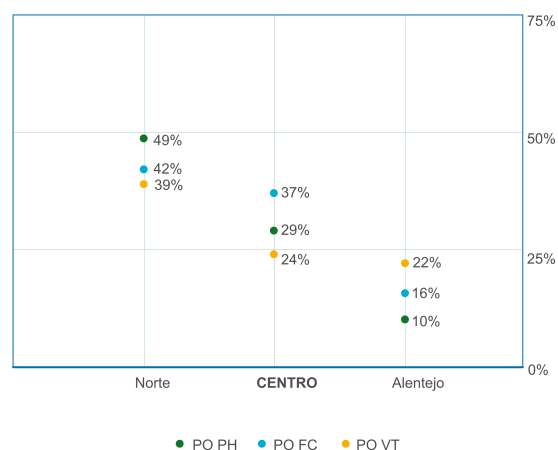
Quadro 13 – O QREN no Centro de Portugal (até 30 de junho de 2013)		CENTRO				
		QREN (total)	Mais Centro	PO PH	PO FC	PO VT
Operações aprovadas	n.º	15.994	3.889	9.601	2.210	294
Investimento (custo) total	milhões €	9.760	2.605	2.381	3.378	1.395
	% do total nacional	28,0	21,9	29,3	38,4	23,4
Investimento (custo) elegível	milhões €	8.683	2.200	2.381	2.879	1.223
	% do total nacional	27,8	21,2	29,3	37,7	24,6
Fundo comunitário	milhões €	5.747	1.695	1.718	1.358	975
	% do QREN (total) da região	100,0	29,5	29,9	23,6	17,0
	% do total nacional	27,4	23,0	29,5	37,1	24,4

Quanto ao desempenho da região face às restantes do país, verifica-se que no final do primeiro semestre de 2013, a Região Centro concentrava 27,2% do total de despesa validada de fundos comunitários do QREN (FEDER, Fundo de Coesão e Fundo Social Europeu) no país. O Centro era, a seguir ao Norte, a segunda região a mais beneficiar destes fundos (com 27,4% das aprovações do país) e, conseqüentemente, a mais executar. Mais de 81% do valor dos fundos comunitários executados a nível nacional respeitavam a projetos localizados nas três regiões de convergência do Continente (Norte, Centro e Alentejo). Nos programas operacionais temáticos do QREN, em termos de despesa validada de fundos comunitários, estas três regiões de convergência do Continente representavam 88% no PO PH, 95% no PO FC e 85% no PO VT.

Distribuição dos fundos comunitários executados por região
(30 de junho de 2013)



Relevância das três regiões convergência do Continente nos fundos comunitários executados pelos Programas Operacionais Temáticos
(30 de junho de 2013)



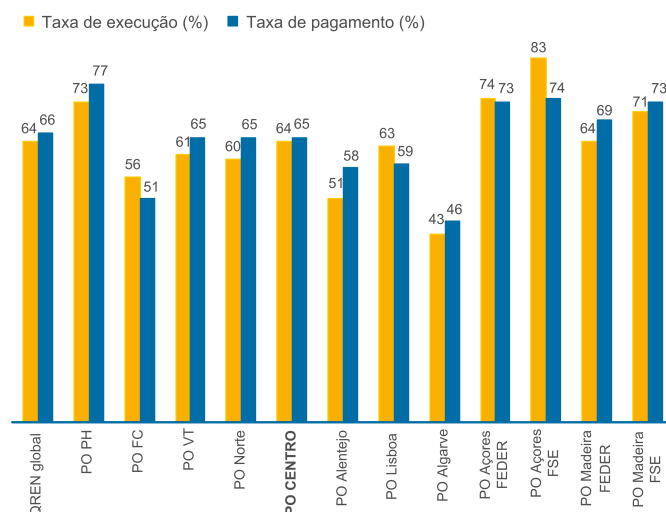
Tal como já foi referido, o volume de aprovações para a Região Centro no âmbito do Mais Centro praticamente esgotava a dotação do FEDER prevista até ao final do período de programação, registando-se uma taxa de compromisso de 99,9%.

No entanto, a despesa validada de FEDER no Mais Centro, nesta data, representava 63,5% desta dotação, ascendendo a 1.076,5 milhões de euros. Os pagamentos aos beneficiários continuavam ligeiramente superiores à despesa já validada, sendo de 1.106,1 milhões de euros, ou seja, mais 70,2 milhões de euros do que no final de março de 2013. A taxa de execução do Mais Centro mantinha-se assim acima da registada pelos diferentes PO regionais do Continente (média de 59,4%) e muito próxima da taxa de execução global do QREN (64,2%). Nos últimos três meses, a taxa de execução aumentou 3,8 p.p., o que se deveu a um crescimento da despesa validada de 64 milhões de euros.

As taxas de realização (relação entre o FEDER validado e o FEDER aprovado) e de pagamento (FEDER pago/FEDER aprovado) no Mais Centro registavam também, nesta data, os valores mais elevados entre as regiões do Continente (63,5% e 65,3%, respetivamente).

Quadro 14 – Monitorização do Mais Centro (valores acumulados)		junho 2013	março 2013	dezembro 2012	setembro 2012	junho 2012
Execução Financeira						
Despesa validada						
Investimento (custo) elegível	milhões €	1.366,2	1.287,0	1.221,3	1.081,5	985,4
Fundo comunitário	milhões €	1.076,5	1.012,5	957,4	851,7	748,0
Pagamentos aos beneficiários	milhões €	1.106,1	1.035,9	981,9	821,9	760,1
Indicadores financeiros						
Taxa de compromisso (fundo aprovado / fundo programado)	%	99,9	98,9	97,0	91,6	84,9
Taxa de execução (fundo validado / fundo programado)	%	63,5	59,7	56,4	50,1	44,0
Taxa de realização (fundo validado / fundo aprovado)	%	63,5	60,4	58,2	54,6	51,8
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários / fundo aprovado)	%	65,3	61,8	59,7	52,7	52,6
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários / fundo validado)	%	102,8	102,3	102,6	96,5	101,6

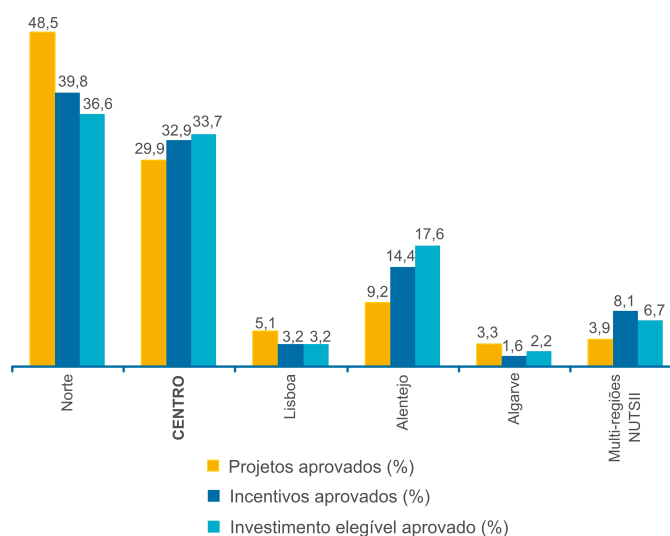
Taxa de execução e taxa de pagamento das candidaturas por Programa Operacional
(30 de junho de 2013)



Ao longo do período de programação do QREN, o desempenho da Região Centro na Agenda Temática da Competitividade, no âmbito do QREN, tem sido muito positivo, nomeadamente no que é relativo aos Sistemas de Incentivos e à dinâmica empresarial na região.

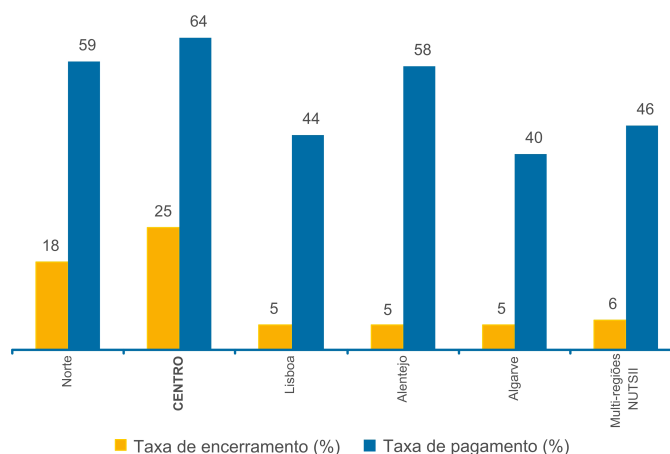
No final de junho de 2013, encontravam-se aprovados nos Sistemas de Incentivos 2.904 projetos empresariais na região participados pelo Mais Centro e pelo PO FC, a que correspondia um investimento elegível de 2,8 mil milhões de euros e um incentivo de 1,2 mil milhões de euros. Este volume de aprovações na região representava 33,7% do total de investimento elegível e 32,9% do total de incentivos aprovados no Continente nos Sistemas de Incentivos.

Distribuição regional dos Sistemas de Incentivos aprovados às empresas na Agenda da Competitividade (30 de junho de 2013)



Apesar de neste âmbito estarem aprovados quase três mil projetos no Centro, encontravam-se contratados 2.206 e destes apenas 401 se encontravam encerrados no final de junho de 2013. A taxa de encerramento (incentivo final de projetos encerrados/incentivo aprovado dos projetos contratados) era de 25% e a taxa de pagamento (pagamentos efetuados/incentivo aprovado dos projetos contratados) era de 64%. Também ao nível destes indicadores, os valores registados foram os mais elevados entre as várias regiões do Continente.

Taxa de encerramento e taxa de pagamentos dos Sistemas de Incentivos às empresas na Agenda da Competitividade (30 de junho de 2013)



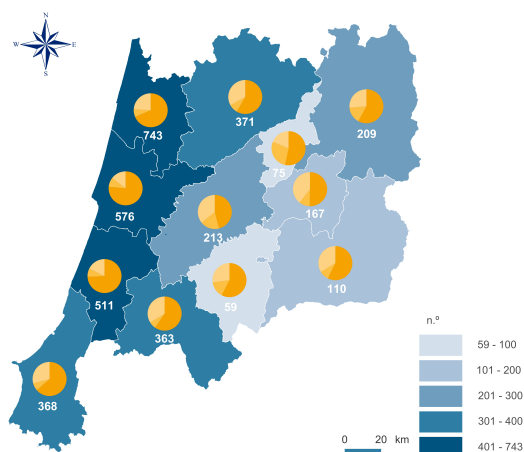
No que se refere apenas aos Sistemas de Incentivos do Mais Centro, estavam aprovados 1.956 projetos respeitantes a intenções de micro e pequenas empresas na região, aos quais correspondia 587 milhões de euros de investimento elegível, 368 milhões de euros de incentivos aprovados e 164 milhões de euros de execução de fundo comunitário. A taxa de execução do Mais Centro no que respeita a estes projetos de Sistemas de Incentivos era assim de 51%, no final de junho de 2013.

Em termos de realizações, tinham sido já apoiadas na região, ao abrigo dos Sistemas de Incentivos do Mais Centro, 1.107 empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, das quais 159 são novas empresas/start-up e 80 são novas empresas/start-up de setores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia.

Durante o ano de 2013, foi ainda disponibilizado no Mais Centro um novo regulamento de apoio às empresas (apoio direto ao investimento e à criação líquida de emprego), dirigido totalmente às microempresas de territórios de baixa densidade: o Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas (SIALM). À data de 30 de junho de 2013, estavam aprovados 82 projetos na Região Centro. Dada a natureza deste regulamento, estes projetos envolvem investimentos reduzidos, estando aprovados cerca de 1,8 milhões de euros de investimento elegível e 1,4 milhões de euros de FEDER no Mais Centro.

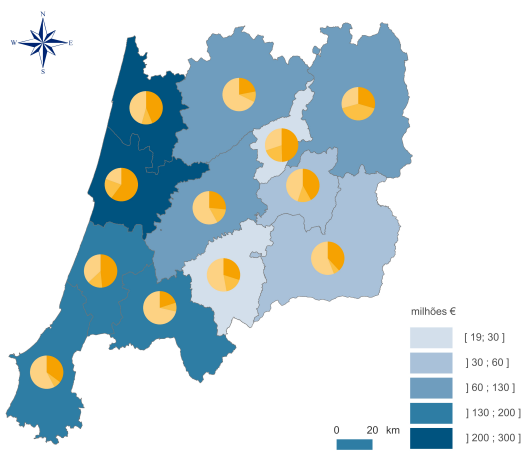
Em termos sub-regionais, os maiores valores de aprovações e de despesa validada no Mais Centro continuam a registar-se nas sub-regiões do litoral (Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral e Oeste) em conjunto com o Médio Tejo. Já quanto à capacidade de executar os projetos, avaliada pela taxa de realização, ou seja pelo peso que esta despesa validada tem no total de FEDER aprovado, destaca-se o Pinhal Interior Sul e o Pinhal Interior Norte.

Operações aprovadas no âmbito do Mais Centro
(30 de junho de 2013)



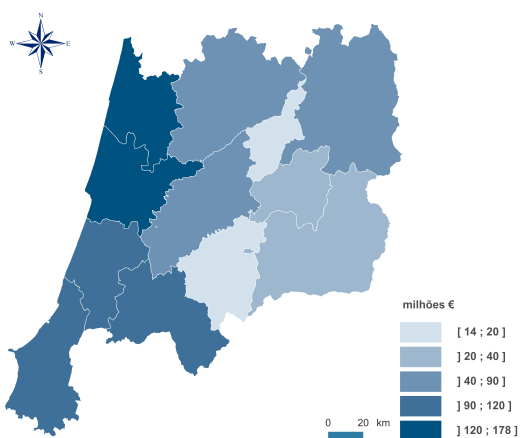
■ Eixo 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento
■ Eixo 2 - Valorização do Espaço Regional
■ Eixo 3 - Coesão Local e Urbana

Fundo comunitário atribuído às operações aprovadas no âmbito do
Mais Centro (30 de junho de 2013)

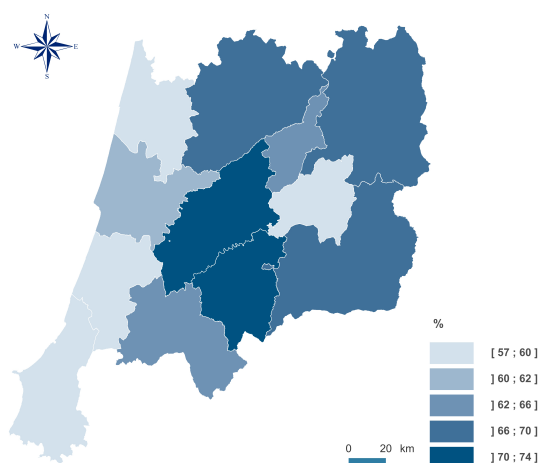


■ Eixo 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento
■ Eixo 2 - Valorização do Espaço Regional
■ Eixo 3 - Coesão Local e Urbana

Despesa validada de fundo comunitário no âmbito do Mais Centro
(30 de junho de 2013)



Taxa de realização no âmbito do Mais Centro
(30 de junho de 2013)



FONTES

Enquadramento Nacional

- INE - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- Inquérito ao Emprego
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Inquérito de Conjuntura aos Consumidores (Base 2008)
- Inquéritos Qualitativos de Conjuntura

Mercado de Trabalho

- INE - Inquérito ao Emprego (Base 1998 e Base 2011)
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Índice de Custo do Trabalho (Base 2008)

Desemprego Registrado

- IEFP - Desemprego registado por concelho – Estatísticas Mensais
- INE - Estimativas Anuais da População Residente (2010, 2011 e 2012)

Empresas

- Banco de Portugal
 - Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
 - Rácios de crédito vencido das sociedades não financeiras
- INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- IGNIOS - Gestão Integrada de Risco, S.A.
 - Empresas constituídas
 - Ações de insolvência

Comércio Internacional de Bens

- INE - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- Entradas e saídas de mercadorias por secção da nomenclatura combinada, tipo de comércio, NUTS II e NUTS III

Secções seleccionadas:

- I – Animais vivos e produtos do reino animal
- IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados
- VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
- VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
- IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
- X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
- XI – Matérias têxteis e suas obras
- XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
- XV – Metais comuns e suas obras
- XVI – Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios
- XVII – Material de transporte

Turismo

- INE - Inquérito à Permanência de Hóspedes e outros dados na Hotelaria
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Construção e Habitação

- INE - Inquérito aos Projectos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
- Estatísticas das Obras Concluídas
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Banco de Portugal

- Empréstimos concedidos a famílias para habitação
- Rácios de crédito vencido das famílias – habitação

Preços e Consumo Privado

- INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Entradas e saídas de mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE) e tipo de comércio
- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- ICA – Instituto do Cinema e do Audiovisual
 - Receitas de cinema
- SIBS – Área de Estatísticas do Grupo SIBS
 - Transações realizadas em Caixas Automáticas por município
 - Transações realizadas em Terminais de Pagamento Automático por município

Banco de Portugal

- Empréstimos concedidos a famílias para consumo e outros fins
- Rácios de crédito vencido das famílias – consumo e outros fins

Políticas Públicas no Centro

- Comissão Técnica de Coordenação do QREN
 - Indicadores Conjunturais de Monitorização: Boletins Informativos 18, 19 e 20
- Autoridade de Gestão do Mais Centro
- Sistemas de Incentivo da Agenda da Competitividade QREN

A informação contida no “Centro de Portugal – Boletim Trimestral” do segundo trimestre de 2013 foi recolhida até ao dia 13 de setembro de 2013.

